

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do processo: 2026/017

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) necessita contratar empresa especializada na prestação de serviços de Auditoria Externa Independente no Sistema CONFEF/CREFs, englobando a emissão de até 30 (trinta) Pareceres, com o objetivo de auditar as demonstrações contábeis e financeiras anuais dos Conselhos Regionais de Educação Física.

A demanda decorre da necessidade institucional de garantir a transparência, a conformidade legal e a integridade das informações contábeis, orçamentárias e financeiras produzidas pelos Conselhos, assegurando o cumprimento dos princípios da administração pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência).

A auditoria externa deverá abranger a análise das demonstrações contábeis e financeiras, com vistas à emissão de parecer técnico independente acerca da regularidade da gestão:

- Contábil
- Orçamentária
- Financeira
- Patrimonial
- De pessoal
- Dos controles internos

- Fiscal

A contratação visa fornecer subsídios técnicos à Câmara de Controle e Finanças do Sistema CONFEF/CREFs, fortalecendo os mecanismos de controle institucional, promovendo maior transparência dos atos administrativos e ampliando a capacidade de fiscalização.

3. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante: Coordenadoria de Controle de Desempenho e Finanças

Responsável: Valéria Anacleto

4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O objeto da contratação está devidamente previsto no plano de contratação anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP: 03101148000100-0-0-000001/2026;
- Data de publicação no PNCP: 03/12/2025;
- Id do item no PCA: 14;
- Classe/Grupo: 822 – SERVIÇOS DE CONTABILIDADE, AUDITORIA FINANCEIRA E GUARDA LIVROS (CONTADOR);
- Identificador da Futura Contratação: 925042-13/2026

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente seção tem como objetivo estabelecer os requisitos essenciais que deverão nortear a referida contratação. Esses requisitos abrangem aspectos técnicos e contratuais, bem como diretrizes de sustentabilidade socioambiental, de modo a garantir a eficiência, a continuidade e a qualidade do serviço prestado.

5.1. Requisitos da execução

5.1.2. Planejamento

Preliminarmente à elaboração do planejamento, a contratada deverá possuir conhecimento dos seguintes itens da contratante:

- Atividades dos Conselhos;
- Fatores econômicos;
- Legislação aplicável;
- As práticas operacionais da entidade;
- As práticas de gestão da entidade;
- Nível geral de competência de sua administração;
- Conhecimento do sistema contábil e controles internos;
- Áreas importantes da entidade;
- Volume de transações;
- Complexidade das transações;
- Existência de partes relacionadas; e
- Exigências e prazos estabelecidos por órgãos reguladores.

O documento que materializará a etapa de planejamento deve ser estruturado de forma a alcançar os seguintes objetivos:

- Obter conhecimento das atividades dos Conselhos, para identificar eventos e transações relevantes que afetem as áreas de gestão;
- Propiciar o cumprimento dos serviços contratados com os Conselhos dentro dos prazos e compromissos previamente estabelecidos;

- Assegurar que as áreas importantes dos Conselhos e os valores relevantes contidos em suas demonstrações contábeis recebam a atenção requerida;
- Identificar os problemas potenciais dos Conselhos;
- Identificar a legislação aplicável aos Conselhos;
- Estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão dos exames a serem efetuados, em consonância com os termos constantes na sua proposta de serviços para a realização do trabalho; e
- Os subitens acima não deverão excluir outros objetivos que possam ser fixados, segundo as circunstâncias de cada trabalho.

5.1.3. Estudo e avaliação dos controles internos

A contratada deverá escolher um método de estudo do controle interno que julgar adequado, desde que tenha certeza de que atingirá os objetivos traçados e que o trabalho seja realizado em tempo hábil, de acordo com sua disponibilidade e que todas as informações sejam seguras.

Assim, a metodologia empregada pela contratada para obter evidências deverá ser suficiente para que expresse suas conclusões em relação ao escopo do objeto.

A contratada, também, terá autonomia para diligenciar os Conselhos Regionais desde que não retire documentação de suas sedes.

A etapa de estudo e avaliação dos controles internos abrangerá as características mínimas a seguir descritas:

5.1.3.1. Gestão Contábil, Financeira e Orçamentária:

- Análise dos valores de receita e despesa à vista da documentação própria, comparando com o constante nas demonstrações financeiras e contábeis;
- Análise da execução orçamentária comparativamente entre o orçado e o executado;

- Empenhamento das despesas;
- Verificação dos valores consignados em restos a pagar, tanto inscrição como baixa;
- Análise dos itens consignados tanto no ativo como no passivo do Balanço Patrimonial;
- Análise e aferições da confiabilidade das informações geradoras dos registros contábeis das receitas e despesas;
- Análise de Controles internos;
- Análise das Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público;
- Análise do controle de entrada e saída do numerário;
- Análise de conciliação bancária;
- Análise das operações referentes às aplicações financeiras;
- Análise da sistemática de pagamentos utilizada;
- Análise do controle de receita observando a partição na origem; e
- Análise dos critérios de concessão e prestação de contas (prazos, normas, etc.) dos suprimentos de fundos e legalidade dos documentos de despesas apresentados.

5.1.3.2. Gestão Patrimonial e Controles Internos:

- Verificação do atendimento da legislação no que se referem às compras, contratações de serviços, análise dos processos licitatórios, modalidade utilizada, dispensas, inexigibilidades, e, também, as aquisições efetuadas por processo para compra direta;
- Verificação dos mecanismos de aquisição de passagens aéreas e o pagamento de diárias;

- Verificação do estoque de materiais em almoxarifado, movimentação ocorrida e o inventário final do exercício;
- Verificação dos bens móveis e imóveis, inventário físico, termos de responsabilidade e a respectiva compatibilização com os registros contábeis.

5.1.3.3. Gestão de Pessoal:

- Verificação do cumprimento da legislação trabalhista;
- FGTS Digital, EFD-Reinf;
- PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos;
- PCMSO – Programa de Controle e Saúde Ocupacional; e
- Obrigações inerentes ao E-social.

5.1.3.4. Gestão Fiscal:

- Verificação da conformidade das operações fiscais com a legislação vigente;
- Revisão detalhada dos registros contábeis e documentos fiscais;
- Verificação das apurações de impostos e contribuições, confrontando com as obrigações acessórias entregues;
- Análise de processos e procedimentos internos relacionados à gestão fiscal;
- O documento que materializará esta etapa é o parecer prévio.

5.1.4. Relatório de auditoria

A contratada deverá apresentar relatório opinativo, contendo minimamente os fatos constatados e de relevância; as sugestões e recomendações para melhorias efetivas; e os procedimentos não observados.

A materialização do Relatório de Auditoria é a emissão de parecer com a seguinte

classificação:

- Parecer sem ressalva;
- Parecer com ressalva;
- Parecer adverso; ou
- Parecer com abstenção de opinião.

5.2. Requisitos contratuais

5.2.1. Os serviços serão prestados de forma remota.

5.2.2. Caso seja necessário, o fornecedor poderá ser convocado para até 3 (três) reuniões na sede do CONFEE, na cidade do Rio de Janeiro ou em Brasília, cujas despesas correrão por conta do licitante.

5.2.3. Os documentos dos Conselhos Regionais, para desenvolvimento dos trabalhos, serão disponibilizados por meio digital.

5.3. Requisitos temporais

A prestação do serviço seguirá o seguinte cronograma:

ETAPA	PRAZO
REUNIÃO DE PLANEJAMENTO	05 (cinco) dias úteis após a emissão da ordem de serviço
PLANEJAMENTO	Em até 05 (cinco) dias úteis após reunião de planejamento

ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS REFERENTES AO 1º SEMESTRE DO ANO	Em até 15 (quinze) dias úteis após o prazo anterior
ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS REFERENTES AO 2º SEMESTRE DO ANO	Em até 15 (quinze) dias úteis após o prazo anterior
RELATÓRIO DE AUDITORIA (entrega do Relatório)	Em até 10 (dez) dias úteis após o prazo anterior

Os prazos definidos no presente cronograma foram estabelecidos considerando a necessidade de realização dos serviços de auditoria suficientes à emissão de até 30 (trinta) pareceres. Todavia, a execução das atividades poderá ocorrer de forma simultânea e concomitante como forma de garantir o atendimento aos prazos fixados, sem prejuízo da qualidade técnica dos trabalhos, da abrangência das análises realizadas e da observância às normas profissionais e às boas práticas de auditoria aplicáveis.

5.4. Requisitos de qualificação

A contratada deverá apresentar contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 03 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

5.5. Requisitos de sustentabilidade

A contratação deverá observar o disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, de modo a promover o desenvolvimento nacional sustentável, harmonizando os aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Considerando que o objeto é a prestação de serviços de auditoria externa, não há consumo expressivo de insumos físicos ou geração significativa de resíduos. Desse modo,

as práticas de sustentabilidade deverão estar focadas na redução de impactos ambientais indiretos, mediante:

- Utilização prioritária de meios digitais para elaboração, envio e armazenamento de relatórios, análises, pareceres e demais documentos decorrentes da execução contratual, evitando o uso desnecessário de papel e de insumos gráficos;
- Realização de reuniões virtuais sempre que possível, priorizando o uso de plataformas digitais em substituição a deslocamentos presenciais, contribuindo para a redução da emissão de gases de efeito estufa;
- Eficiência no uso de recursos durante as atividades presenciais, adotando práticas conscientes no consumo de energia elétrica, água e materiais de escritório.

A adoção dessas medidas contribui para a racionalização de recursos, alinhamento às melhores práticas de governança socioambiental (ESG) e ao princípio constitucional da eficiência, sem comprometer a efetividade da auditoria a ser realizada.

5.6. Requisitos de Segurança e Privacidade

Considerando que a execução do objeto poderá envolver o acesso a informações contábeis, financeiras, patrimoniais, orçamentárias e de pessoal do Sistema CONFEEF/CREFs, algumas das quais podem conter dados pessoais, a contratação deverá observar integralmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), bem como a legislação correlata.

Os dados pessoais eventualmente acessados pela contratada deverão ser tratados exclusivamente para as finalidades relacionadas à execução da auditoria, observando os princípios do art. 6º da LGPD, a boa-fé e as normas legais aplicáveis.

É vedado o compartilhamento de dados com terceiros fora das hipóteses legais, devendo a contratada comunicar previamente à Administração quaisquer incidentes de segurança ou contratos de suboperação que envolvam o tratamento de dados pessoais.

Encerrada a execução contratual, a contratada deverá proceder à eliminação dos dados pessoais tratados, exceto nas hipóteses legais de guarda previstas no art. 16 da LGPD, assegurando o cumprimento de obrigações contratuais e legais.

A contratada deverá orientar e treinar seus colaboradores quanto às responsabilidades decorrentes da LGPD, permanecendo responsável solidária e integralmente pelo cumprimento.

A Administração poderá realizar diligências e auditorias de conformidade, devendo a contratada atender prontamente às solicitações e prestar todas as informações necessárias para comprovação do cumprimento da legislação e das cláusulas contratuais relacionadas à proteção de dados.

Caso sejam constituídos bancos de dados para a execução contratual, estes deverão ser mantidos em ambiente seguro, com registro de acessos, finalidade, data e horário, garantindo rastreabilidade e interoperabilidade, nos termos do art. 37 da LGPD.

O contrato a ser celebrado entre as partes deverá estar sujeito a adequações decorrentes de novas orientações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) ou demais órgãos competentes.

5.7. Requisitos Legais

A contratação deverá atender à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, NBC TSP (Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público), normas internacionais de auditoria (ISAs) e a outras legislações aplicáveis.

6. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços de Auditoria Externa Independente das demonstrações contábeis e financeiras anuais dos Conselhos Regionais de Educação Física (CREFs), integrantes do Sistema CONFEF/CREFs.

Cada Conselho Regional constitui uma unidade auditada, sendo, portanto, estimada a realização de até 30 (trinta) pareceres de auditoria independente no âmbito do contrato, abrangendo a análise, avaliação e emissão de relatórios e pareceres técnicos individuais, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e demais normas pertinentes à auditoria de entidades públicas.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O procedimento administrativo adotado para a realização desta pesquisa de preços é com base na Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, e foi consultada nas fontes:

- a) Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de doze meses por intermédio do Portal Nacional de Compras Públicas, módulo Pesquisa de Preços do Sistema Comprasnet ou Painel de preços;
- b) Pesquisa direta com fornecedores.

Para atender ao cumprimento do inciso I do artigo 3º da IN 65/2021, registra-se que a descrição do objeto pesquisado é a constante na planilha denominada RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇO.docx onde buscou-se maior similaridade entre os itens do objeto e o Catmat disponível, principalmente em relação ao Sistema de Pesquisa de Preços.

Desta forma, o procedimento administrativo para estabelecimento dos preços dos itens se deu mediante a priorização dos parâmetros elencados nos itens 1 e 2 do rol supramencionada. Trata-se do cumprimento do que dispõe o §1º do artigo 5º da IN 65/2021, sendo que, para os itens nos quais não foi possível a aplicação deste dispositivo, as justificativas constarão em tópico específico.

O método estatístico para obtenção dos preços foi a média e mediana. Convém registrar que, conforme o caso concreto, os valores inexecutáveis, inconsistentes e os excessivamente elevados foram desconsiderados, para fins de cálculo. O juízo crítico para exclusão foi a variação de preços superiores a 30% (trinta por cento) em relação aos demais preços coletados.

Deste modo, apresenta-se os valores coletados para o presente processo de aquisição:

Contratação de Empresa de Auditoria para a emissão de até 30 (trinta) Pareceres sobre as demonstrações contábeis anuais dos CREFs CatSer: 19623				Preço Estimado			
Empresas	Qtd.	Val. unit.	Val. total	Média (12 meses)		Mediana (12 meses)	
				Unit.	Total	Unit.	Total
AUDIGESPUB Serviços de Auditoria, Assessoria e Consultoria Ltda – CNPJ 24.968.005/0001-70	30	R\$ 5.500,00	R\$ 165.000,00	R\$ 11.410,00	R\$ 342.300,00	R\$ 12.655,56	R\$ 341.700,00
INDEP Auditores Independentes S/S – CNPJ 42.464.370/0001-20	30	R\$ 14.400,00	R\$ 432.000,00				
MB Auditores Independentes S/S – CNPJ 03.805.426/0001-00	30	R\$ 15.000,00	R\$ 450.000,00				
PLM Auditores S/S – CNPJ 51.641.578/0001-68	30	R\$ 8.380,00	R\$ 251.400,00				
Loudon Blomquist Auditores Independentes	30	R\$ 16.800,00	R\$ 504.000,00				
COMPRASNET (MENOR PREÇO)	30	R\$ 8.380,00	R\$ 251.400,00				

Considerando que a diferença entre os valores apurados por ambas as metodologias se mostrou irrisória, e que o CONFEEF adota, como prática padrão em suas contratações, a utilização da média aritmética simples, optou-se por adotar esse critério para a definição do valor estimado.

Após os valores coletados e a apuração da média, tem-se o custo estimado unitário e total para a contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	BASE DA PESQUISA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Auditoria Externa Independente no Sistema CONFEEF/CREFs, englobando a emissão de até 30 (trinta) Pareceres, com o objetivo de auditar as demonstrações contábeis e financeiras anuais dos Conselhos Regionais de Educação Física.	COMPRASNET / FORNECEDOR	R\$11.410,00	R\$342.300,00

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foi realizada pesquisa exploratória de mercado com o objetivo de identificar a existência de empresas capacitadas a prestar serviços de Auditoria Externa Independente.

Observa-se que no mercado nacional há empresas de auditoria de diferentes portes, desde firmas de abrangência internacional até empresas de médio e pequeno porte especializadas em auditoria e consultoria contábil para autarquias e entidades públicas.

A pesquisa indicou que:

- Há ampla oferta de serviços de auditoria externa com metodologias baseadas em normas nacionais e internacionais de auditoria;
- Os Conselhos de Fiscalização Profissional já contratam serviços semelhantes, o que demonstra a prática consolidada no setor;
- As empresas do segmento possuem expertise em normas aplicáveis ao setor público, notadamente as NBC TSP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público) e as normas emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além de observarem orientações dos tribunais de contas.

O levantamento evidencia que o mercado possui capacidade técnica suficiente para atender ao objeto pretendido, permitindo a realização de procedimento licitatório competitivo e a obtenção de propostas vantajosas à Administração, em observância ao art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Cabe acrescentar que a presente contratação deverá ser enquadrada como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

Tal classificação justifica-se pelo fato de que os padrões de desempenho e qualidade necessários à execução do objeto podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado, amplamente adotadas por empresas de auditoria independente que atuam junto a entidades públicas e privadas.

Embora a atividade de auditoria envolva conhecimento técnico especializado, a execução dos serviços segue metodologias padronizadas estabelecidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à Auditoria Independente, bem como pelas normas internacionais de auditoria (ISAs), o que permite a definição clara de requisitos técnicos, escopo de trabalho e produtos a serem entregues.

Ademais, o levantamento de mercado evidenciou a existência de diversas empresas capacitadas para a prestação dos serviços pretendidos, demonstrando que se trata de atividade amplamente ofertada no mercado nacional.

Dessa forma, considerando a possibilidade de definição objetiva das especificações do serviço e a ampla competitividade existente no mercado, a contratação será realizada por meio de pregão eletrônico, em conformidade com o art. 28, inciso I, e com o art. 17 da Lei nº 14.133/2021, assegurando maior competitividade, transparência e economicidade à Administração Pública.

Sendo assim, a adoção do pregão eletrônico está alinhada às boas práticas de contratação pública e às diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, permitindo maior transparência, ampliação da competitividade entre fornecedores e redução de custos administrativos, sem prejuízo da qualidade técnica dos serviços contratados.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução a ser contratada consiste na execução de serviços de Auditoria Externa Independente das demonstrações contábeis e financeiras anuais dos Conselhos Regionais de Educação Física, com vistas à emissão de parecer técnico e relatório que assegurem a regularidade da gestão contábil, financeira, orçamentária, patrimonial, fiscal, de pessoal e dos controles internos.

A prestação dos serviços será estruturada em etapas que permitam a adequada compreensão da entidade auditada, a avaliação crítica de seus controles internos e registros, e a emissão de relatórios conclusivos e recomendações de melhorias.

9.1. Planejamento da auditoria

Previamente à execução dos trabalhos, a contratada deverá elaborar um planejamento formal, obtendo conhecimento das atividades dos Conselhos, dos fatores econômicos, da legislação aplicável, das práticas de gestão e operacionais, do sistema contábil, da complexidade das transações e das exigências de órgãos reguladores.

O planejamento terá por objetivo:

- Identificar eventos e transações relevantes;
- Cumprir prazos e compromissos estabelecidos;
- Assegurar atenção às áreas e valores mais significativos;
- Antecipar problemas potenciais e riscos;
- Determinar a natureza, a extensão e a oportunidade dos exames a serem realizados.

9.2. Estudo e avaliação dos controles internos

A contratada deverá adotar metodologia própria para avaliar os controles internos, assegurando a suficiência das evidências coletadas para fundamentar suas conclusões.

Essa etapa compreenderá, no mínimo:

- Gestão Contábil, Financeira e Orçamentária: análise das demonstrações contábeis, execução orçamentária, restos a pagar, conciliações, aplicações financeiras, controles internos e critérios de prestação de contas;
- Gestão Patrimonial e Controles Internos: verificação dos processos de compras, contratações, licitações, aquisições diretas, diárias, passagens, estoques, inventários e registros patrimoniais;

- Gestão de Pessoal: análise do cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, obrigações acessórias (EFD-Reinf, e-Social), programas de saúde e segurança ocupacional (PGR, PCMSO) e recolhimento do FGTS Digital;
- Gestão Fiscal: revisão dos registros contábeis e fiscais, apuração de tributos, entrega de obrigações acessórias e conformidade com a legislação vigente.

Ao final dessa etapa, haverá a elaboração de parecer prévio para cada Conselho, apontando conformidades e eventuais irregularidades.

9.3. Relatório de auditoria

Após, a contratada deverá apresentar relatório opinativo, registrando:

- Fatos relevantes constatados;
- Recomendações para melhoria dos controles internos;
- Procedimentos não observados.

A materialização será dada pela emissão de parecer conclusivo, conforme classificação técnica:

- Parecer sem ressalva;
- Parecer com ressalva;
- Parecer adverso; ou
- Parecer com abstenção de opinião.

9.4. Especificação do objeto

Das áreas auditadas, a Contratada deve apresentar os seguintes produtos:

- Relatórios dos auditores independentes (conforme NBC TA 800) sobre os demonstrativos financeiros;

- Relatórios de Controles Internos apresentando as fragilidades identificadas nos processos e procedimentos internos, acompanhadas de recomendações técnicas voltadas à mitigação de riscos e ao aperfeiçoamento dos controles implementados;
- Participação do Responsável Técnico, gerente ou supervisor nas reuniões para prestar esclarecimentos que se fizerem necessários, quando convocado antecipadamente, para tratar dos achados de auditoria dos relatórios emitidos pela contratada;

Os Relatórios de Auditoria devem contemplar os seguintes requisitos:

- identificar o número do processo, período examinado e o Conselho examinado;
- indicar as normas que instruem o trabalho;
- identificar o local em que foi realizado o trabalho;
- definir o objetivo da auditoria e identificar as demonstrações financeiras examinadas, no caso de auditoria contábil;
- declarar ter o exame sido efetuado por amostragem, na extensão julgada necessária e de acordo com as normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal;
- comentar sobre a extensão dos trabalhos e eventuais restrições;
- comentar sobre os controles internos administrativos, evidenciando, se for o caso, as deficiências e ineficácias dos sistemas;
- relatar sobre o cumprimento, ou não, das diretrizes e normas legais aplicáveis e vigentes;
- relatar sobre o cumprimento ou não das Recomendações do TCU, CGU e do CONFEEF;

- comentar sobre a legalidade, legitimidade e economicidade na realização das despesas;
- apresentar, se necessário, recomendações visando à correção das falhas verificadas durante o exame, particularmente naquelas situações em que forem identificadas impropriedades e irregularidades, devendo-se evitar recomendações imprecisas ou genéricas que não permitam adequada avaliação de sua implementação; e

9.5. Garantia

A contratada deverá garantir a conformidade e a qualidade técnica de todos os serviços prestados, responsabilizando-se pela correção de eventuais inconsistências, falhas ou não conformidades detectadas nos trabalhos de auditoria.

A garantia inclui, mas não se limita a:

- Correção de erros materiais ou técnicos identificados nos relatórios, pareceres ou documentos emitidos;
- Revisão de procedimentos ou análises que não atendam aos padrões profissionais ou às normas aplicáveis;
- Suporte técnico para esclarecimento de dúvidas decorrentes da execução da auditoria.

A garantia de execução dos serviços deverá ser exercida durante toda a vigência do contrato e se estenderá até a aprovação final dos relatórios de auditoria pelo CONFEEF, bem como à eventual necessidade de esclarecimentos ou correções pós-emissão.

O descumprimento das obrigações de garantia poderá ensejar medidas administrativas e legais cabíveis, incluindo retenção de pagamentos, aplicação de penalidades previstas em contrato e responsabilização civil da contratada, sem prejuízo das demais medidas previstas na legislação vigente.

9.6. Local de execução dos serviços e horário

9.6.1. Os produtos/serviços deverão ser entregues na sede do CONFEEF, a saber: Av. República do Chile, 230 - 19º andar - Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20031-170.

9.6.2. Os produtos/serviços deverão ser entregues em horário e dias comerciais, assim compreendidos como segunda à sexta-feira, das 08h às 17h.

9.6.3. Os produtos/serviços poderão ser entregues por via digital, em e-mails a serem indicados pela contratante.

9.7. Vigência da contratação

Esta equipe de Planejamento propõe que o prazo de vigência inicial da contratação seja de 12 (doze) meses, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, até o limite de cinco exercícios sociais consecutivos, conforme disposto no art. 31 da Resolução CVM nº 23 /2021 e legal, conforme o disposto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

A definição deste prazo justifica-se considerando as competências regimentais e normativas atribuídas ao Conselho Federal de Educação Física (CONFEEF), especialmente aquelas relacionadas à supervisão, fiscalização e controle contábil e financeiro dos Conselhos Regionais de Educação Física (CREFs).

Nos termos do inciso XXXVII do art. 15 do Regimento Interno do CONFEEF, aprovado pela Resolução CONFEEF nº 448/2022, compete ao Conselho Federal "proceder à auditoria nos CREFs quando houver fundados indícios de irregularidades, observado o devido processo administrativo aprovado pelo Plenário do CONFEEF, respeitando a ampla defesa e o contraditório". Além disso, outras normas reforçam a necessidade de acompanhamento sistemático das atividades financeiras e contábeis dos CREFs, a saber:

- Resolução CONFEEF nº 586/2025, que altera a Resolução CONFEEF nº 574/2024, dispondo sobre Normas Gerais de Intervenção e de Administração Assistida do CONFEEF nos CREFs (art. 9º);

- Resolução CONFEEF nº 506/2023, que trata da Prestação de Informações sobre as Contas dos CREFs (parágrafo 3º do art. 5º);
- Resolução CONFEEF nº 522/2024, que dispõe sobre a concessão de subvenções, doações e transferências de capital aos CREFs (art. 15);
- Resolução CONFEEF nº 563/2024, que aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento dos CREFs, previsto no § único do art. 5º-E da Lei nº 9.696/1998 (parágrafo 2º, inciso II, do art. 35).

Com base nesse conjunto normativo, a contratação de serviços de Auditoria Externa Independente para as demonstrações contábeis e financeiras anuais dos CREFs, integrantes do Sistema CONFEEF/CREFs, reveste-se de importância institucional e caráter permanente, pelos motivos a seguir:

a) Garantia da governança institucional e da transparência

O CONFEEF, ao exercer função normativa e de controle no Sistema, deve assegurar que os Conselhos Regionais submetam suas contas a exame técnico independente, reforçando a confiança da sociedade e dos profissionais de Educação Física na integridade e regularidade do Sistema. A auditoria externa é instrumento de governança e transparência, essencial ao cumprimento da missão institucional do CONFEEF.

b) Cumprimento de atribuições regimentais relativas ao controle financeiro e contábil

Os Regimentos Internos dos CREFs estabelecem que os Conselhos devem “fiscalizar e controlar, mensalmente, suas atividades financeiras, econômicas, administrativas, contábeis e orçamentárias, garantindo seu equilíbrio financeiro”. Para que o CONFEEF possa exercer a supervisão e assegurar a observância dessas normas, a auditoria externa representa mecanismo técnico de validação, padronização e comparabilidade das informações contábeis.

c) Atendimento contínuo à exigência de prestação de contas e ao ciclo anual de auditoria

A natureza periódica e obrigatória da prestação de contas e das demonstrações contábeis torna indispensável a contratação como serviço de natureza continuada, assegurando a uniformidade metodológica e a continuidade do acompanhamento técnico, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

d) Padronização e comparabilidade no sistema CONFEEF/CREFs

A contratação unificada de auditoria externa para até 30 (trinta) pareceres técnicos garante coerência metodológica e uniformidade de critérios entre os Conselhos Regionais, facilitando o acompanhamento institucional e o aprimoramento dos controles internos no âmbito do Sistema.

e) Fortalecimento institucional e eficiência permanente

A manutenção do serviço de auditoria independente de forma contínua reforça o compromisso do CONFEEF com os princípios da eficiência, economicidade, transparência e boa governança, assegurando o uso responsável dos recursos e fortalecendo a credibilidade do Sistema junto à sociedade, aos profissionais e aos órgãos de controle.

10. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Considerando a natureza do objeto, verifica-se que não é cabível o parcelamento da contratação.

Embora a execução envolva os Conselhos Regionais que são dotados de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, conforme artigo 4º da Lei 9.696/1998, o objeto é uno e indivisível, pois trata-se de uma auditoria consolidada e coordenada pelo Conselho Federal de Educação Física (CONFEEF), que atua como órgão central do Sistema CONFEEF/CREFs.

A análise das demonstrações financeiras dos CREFs deve observar métodos, critérios e parâmetros uniformes, garantindo padronização, comparabilidade e consistência técnica entre os relatórios e pareceres emitidos.

A fragmentação da contratação em lotes distintos implicaria riscos relevantes, tais como:

- Dificuldade de coordenação e supervisão por parte do CONFEEF sobre múltiplas empresas contratadas;
- Inconsistências metodológicas entre as auditorias realizadas por diferentes prestadores, comprometendo a uniformidade dos pareceres e relatórios;
- Aumento da complexidade administrativa, com multiplicação de processos de fiscalização contratual e de comunicações técnicas;
- Possível elevação de custos indiretos, decorrente da perda de escala e da necessidade de ajustes operacionais entre empresas distintas.

Dessa forma, a unificação da contratação em um único processo licitatório e com uma única contratada assegura maior eficiência, padronização e confiabilidade técnica dos resultados, além de otimizar a gestão contratual pelo CONFEEF.

11. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não será exigida a garantia da contratação prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021. Tal dispensa se fundamenta nos seguintes argumentos

- Adequação ao objeto e risco da execução: A natureza técnica da auditoria externa, com riscos inerentes compatíveis com os mecanismos de controle e fiscalização já previstos no ordenamento jurídico e nos procedimentos de auditoria, demonstra que não há necessidade de garantia adicional para assegurar a execução dos serviços contratados.
- Princípio da eficiência e celeridade processual: A exigência de garantias poderia gerar onerosidade desnecessária e atrasos na prestação dos serviços de auditoria, impactando o cumprimento de prazos e a entrega dos relatórios de forma tempestiva. A dispensa da garantia contribui para a agilidade do procedimento, sem comprometer a segurança ou a integridade da contratação.

- Observância dos princípios da legalidade e da economicidade: A dispensa da exigência de garantia contratual está em consonância com os princípios da legalidade e da economicidade, promovendo o uso racional de recursos públicos e assegurando que as obrigações contratuais sejam cumpridas de maneira eficaz, sem custos adicionais ao erário.

Dessa forma, considerando os argumentos expostos, a contratação dos serviços de auditoria externa sem a exigência de garantia contratual está plenamente adequada aos dispositivos legais vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de empresa especializada em auditoria externa tem como objetivo principal assegurar a transparência, a conformidade legal e a qualidade da gestão contábil, financeira, patrimonial e administrativa do Sistema CONFEEF/CREFs. Os principais resultados esperados com a execução dos serviços são:

- Maior credibilidade e transparência: A auditoria externa proporciona avaliação imparcial e independente das demonstrações financeiras, fortalecendo a confiança de órgãos de controle, conselheiros e sociedade.
- Conformidade legal e regulatória: Garantia de que o CONFEEF e os CREFs estejam em conformidade com a legislação aplicável, normas contábeis específicas do setor público (NBC TSP), regulamentações e orientações de órgãos de controle.
- Identificação de riscos e fraudes: Detecta fraudes, erros contábeis ou práticas inadequadas, contribuindo para o aprimoramento do controle interno e mitigação de riscos à gestão.
- Melhoria na governança corporativa: Fornece recomendações que favorecem a adoção de boas práticas de governança, promovendo eficiência, ética e responsabilidade na administração da instituição.
- Otimização de processos: Identifica oportunidades para aprimorar processos operacionais, financeiros e de controle, gerando maior eficiência e potencial redução de custos.

- Apoio à tomada de decisões estratégicas: Proporciona informações confiáveis e auditadas que facilitam a análise de desempenho, o planejamento estratégico e a tomada de decisões pela diretoria.
- Reforço à cultura de responsabilidade: A atuação de auditores externos estimula uma cultura organizacional voltada à prestação de contas e à responsabilidade na gestão, fortalecendo os mecanismos de controle institucional.

13. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não serão necessárias providências prévias.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não existem contratações correlatas.

15. IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação de serviços de auditoria externa possui impactos ambientais mínimos, considerando a natureza predominantemente intelectual e administrativa das atividades a serem realizadas. Entretanto, algumas práticas podem gerar efeitos indiretos sobre o meio ambiente, como o consumo de papel e deslocamentos da equipe auditora.

- Minimização do uso de papel: Recomenda-se que toda a documentação, relatórios e pareceres sejam preferencialmente enviados em formato digital, reduzindo a geração de resíduos e o consumo de recursos naturais, como madeira, água e energia envolvidas na produção de papel.
- Deslocamentos: A execução dos serviços poderá envolver visitas presenciais às sedes do CONFEF e dos CREFs, cujo número deve ser minimizado sempre que possível, incentivando a utilização de reuniões virtuais e videoconferências, a fim de reduzir a emissão de gases de efeito estufa e o consumo de combustíveis fósseis.

- Gestão ambiental na prestação do serviço: A contratada deverá adotar boas práticas de gestão ambiental no desenvolvimento de suas atividades, promovendo o uso consciente de recursos, o descarte adequado de resíduos e a otimização de processos que possam impactar o meio ambiente.
- Sustentabilidade na entrega de relatórios: Todos os relatórios e pareceres devem ser elaborados e entregues em meio digital, garantindo que não haja necessidade de impressão física, contribuindo para a preservação de recursos naturais e a redução da pegada ambiental da contratação.
- Conformidade com a legislação: Todas as práticas relacionadas à redução de impactos ambientais devem observar a legislação vigente, bem como princípios de desenvolvimento sustentável, em consonância com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

16. ANÁLISE DE RISCOS

16.1 Riscos do processo de aquisição

Risco	Atraso na contratação		
Probabilidade	Média	Impacto	Alta
Dano	Prejuízo no cumprimento dos prazos de auditoria, comprometendo a emissão tempestiva dos relatórios e pareceres		
Ação Preventiva		Responsável	
Acompanhamento rigoroso do cronograma da licitação e gestão dos processos internos		<ul style="list-style-type: none">• Coordenadoria de Controle	
Ação de Contingência		Responsável	
<ul style="list-style-type: none">• Contratação emergencial de auditoria ou extensão de prazos mediante justificativa técnica		<ul style="list-style-type: none">• Coordenadoria de Controle• Jurídico	

16.2 Riscos da execução da auditoria

Risco	Inconsistências nos relatórios emitidos		
Probabilidade	Baixa	Impacto	Alta
Dano	Necessidade de retrabalho, prejuízo à confiabilidade das informações e à tomada de decisões.		
Ação Preventiva		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> Revisão interna preliminar e validação técnica dos pareceres antes da entrega 		<ul style="list-style-type: none"> Coordenadoria de Controle 	
Ação de Contingência		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> Correção imediata de relatórios e emissão de parecer complementar 		<ul style="list-style-type: none"> Coordenadoria de Controle 	

Risco	Falhas na comunicação com os CREFs		
Probabilidade	Média	Impacto	Média
Dano	Dificuldade em obter informações completas, atrasando a execução da auditoria		
Ação Preventiva		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> Planejamento detalhado e definição de cronograma de reuniões e solicitações de documentos 		<ul style="list-style-type: none"> Coordenadoria de Controle 	
Ação de Contingência		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> Solicitação formal de informações pendentes e prorrogação de prazo com justificativa 		<ul style="list-style-type: none"> Coordenadoria de Controle 	

Risco	Vazamento ou uso inadequado de dados pessoais; Falha na eliminação de dados ao término da auditoria.		
Probabilidade	Baixa	Impacto	Alta
Dano	Multas, responsabilização civil, prejuízo à imagem institucional e questionamentos por órgãos de controle		
Ação Preventiva		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento rigoroso da LGPD, treinamento da equipe da contratada, utilização de ambientes seguros e criptografados; Planejamento prévio do fluxo de dados, definição de políticas internas para eliminação segura e conforme LGPD. 		<ul style="list-style-type: none"> Coordenadoria de Controle 	
Ação de Contingência		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> Comunicação imediata ao CONFEF, bloqueio do acesso indevido e implementação de medidas corretivas; Procedimento de eliminação retroativa, auditoria interna e notificação ao CONFEF. 		<ul style="list-style-type: none"> Coordenadoria de Controle 	



17. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Esta equipe de estudo, após a conclusão de todos os estudos técnicos preliminares aqui contidos, declara ser viável a contratação pretendida.

Valeria dos Santos Anacleto de Melo
Equipe de Planejamento

Rodolfo Maciel Diniz
Equipe de Planejamento

Aprovo,

Willian Pimentel
Diretor Executivo